

MONARQUIA DO NORTE

A Guerra Civil entre Monárquicos e Republicanos Onde Dois Governos Governaram Portugal Durante Três Semanas

Sidónio Pais estabelece em 8 de Dezembro de 1917, uma ditadura militar em Portugal, afastando do poder grande parte dos republicanos dos partidos tradicionais, e em especial os do Partido Democrático, passando a convidar para cargos públicos elementos monárquicos, em vez de republicanos.

Em Lisboa e noutras cidades como Porto, Évora e Coimbra, os republicanos, cansados da ditadura sidonista tentam em 12 de Outubro de 1918, um golpe militar, que falha, sendo presos de forma indistinta, aqueles que tinham participado no golpe e muitos outros.

Sidónio Pais, é então assassinado na estação do Rossio, em 14 de Dezembro de 1918. O país tinha perdido de novo a autoridade e a tranquilidade, por que há muito ansiavam as suas gentes.

O apoio dado por Sidónio aos monárquicos, faz com que estes passassem a ter de novo uma grande influência, ao ponto de no Porto já existir uma autonomia bastante grande, havendo mesmo algumas ordens do governo da República, que não seriam cumpridas pelo Governo Civil do Porto.

Paiva Couceiro, ilustre capitão português, convicto monárquico, encontrava-se por essa altura retirado no Palácio dos Condes da Ribeira, que ficava para os lados de Santo Amaro.

Era precisamente neste palácio, que o “ Comandante “, nome por que era tratado pelos seus amigos e apoiantes, recebia todo um oficialato cansado da intriga política e um conjunto de jovens políticos, que procuravam uma nova ordem.

Foi neste ambiente, que idealizou e iniciou a sua revolução monárquica.

Paiva Couceiro não tinha como fim absoluto, a restauração da monarquia através de um golpe militar.

Em face da agitação, que predominava em todo o país e perante o desgoverno da 1ª República, Paiva Couceiro batia-se por um plebiscito, em que democraticamente o povo determinasse qual o regime em que pretendia ser governado, monarquia ou república.

Paiva Couceiro iniciou então, vários encontros com altas patentes militares no Porto e em Lisboa, procurando ajuizar da melhor oportunidade para a realização de tal plebiscito, e na sua impossibilidade de um golpe, que impusesse a ordem no país. Reflectia-se ainda se este devia ser feito sem o apoio do rei D. Manuel II, que se encontrava exilado em Londres, desde a implantação da República.

Todas estas movimentações davam-se ainda em pleno consulado sidonista, embora o oficialato, que se encontrava nas unidades de Lisboa, reconhecendo a gravidade da situação e o valor militar de Paiva Couceiro, tinha-se sempre declarado fiel a Sidónio Pais e à sua política presidencialista, seguida mesmo após a sua morte.

O plebiscito ansiado por Paiva Couceiro, tinha na realidade muito poucos apoiantes.

A monarquia, tinha que esperar.

Perante esta situação Paiva Couceiro chega a abdicar do seu projecto, endereçando-o a alguns correligionários, continuando contudo os seus artigos sobre o plebiscito no jornal “ PÁTRIA “ assinando-o com “ H “ .

Entretanto as movimentações de tropas leais à República e à Monarquia, faziam-se declaradamente e as reuniões conspirativas de ambas as partes também.

É preciso não nos esquecermos, que apesar de Sidónio Pais ter sido morto, a ditadura mantinha-se com as Juntas Militares a controlar o país, e com as prisões cheias de políticos, encontrando-se os mais importantes exilados no estrangeiro, como Afonso Costa.

O comandante de cavalaria 9 e mais alguns oficiais eram de opinião, que se devia “*romper com Lisboa*” e formar-se no norte um governo “ .

A Junta Militar do Norte, composta por muitos monárquicos germanófilos, era de todas as juntas, aquela que exigia de imediato a formação de um governo militar.

Contudo a conspiração, que primeiro se deu foi republicana e contra o regime sidonista, tendo tido a sua génese em Janeiro de 1919, no Ribatejo, mais propriamente na cidade de Santarém .

A conspiração desenrolou-se no hotel Aliança, situado nessa cidade ribatejana e onde residia o Dr. José Reis, advogado bem conhecido daquela cidade.

Por trás estavam evidentemente muitos republicanos democráticos, ávidos não só de se vingarem da afronta sidonista, como de restabelecerem a ordem democrática e voltarem ao poder .

Por todo o Ribatejo foram-se criando outros núcleos conspiradores.

Contudo, Santarém revoltou-se prematuramente, sem aguardar por outras forças e grande parte das Juntas Militares, que controlavam o país, opõe-se com receio de uma vitória ligada ao partido democrático, a qual iria certamente proceder a uma imediata repressão e à prisão dos militares, que compunham as juntas e eram apoiantes da política repressiva empreendida por Sidónio Pais .

“ *Agora ou nunca* “ ia passando de boca em boca no Norte de Portugal, sem que a Junta Militar se preocupasse muito, em controlar ou neutralizar os conspiradores.

Paiva Couceiro continuava a receber os conspiradores, vindos de todos os quadrantes da sociedade portuguesa da época.

O “ Q.G.M “ , Quartel General Monárquico instalou-se no Hotel Universal do Porto, tendo sido aí formada uma Junta Monárquica, que se passou a designar por “ Juntinha “.

Paiva Couceiro estava determinado, em participar e comandar a revolta.

À volta desta Junta foram-se concentrando- as maiores forças monárquicas, que em Janeiro de 1919 iniciariam um golpe, não para imporem um plebiscito, mas essencialmente para imporem uma “ RESTAURAÇÃO”, a qual tinha o claro apoio de Paiva Couceiro, que passou a residir no Porto.

Tudo isto se fazia tão às claras, que o Ministro da Guerra da altura, Silva Basto, um convicto monárquico, foi enviado ao Porto pelo governo republicano, em 19 de Janeiro de 1919, sendo acompanhado pelo Major Alberto Pais, irmão de Sidónio Pais, que deveria ocupar o cargo de Governador Civil.

Tinha como objectivo, verificar o que se passava, embora constasse que a Junta do Norte tivesse colaborado com a revolta de Santarém, revoltas de sinais opostos, mas que certamente tinham como objectivo o mesmo fim, ou seja o derrube da ditadura sidonista.

Foi de imediato preso, no quartel da Guarda Nacional Republicana. Contudo a futura Junta Governativa resolveu libertá-lo, comprometendo-se este a não hostilizar a monarquia e a ser-lhe fiel.

Dominada a revolta de Santarém, iniciam-se de imediato os preparativos para a revolução militar, que tinha como objectivo a restauração da monarquia.

O movimento restaurador, resolve de imediato convidar Paiva Couceiro, para liderar o movimento revolucionário, que há muito se vinha organizando, principalmente a norte do país.

A rendição dos revoltosos de Santarém, deu-se em 15 de Janeiro de 1919, na então Quinta do Mocho, rendição esta feita através de um comunicado em que se submetem ao governo na pessoa de Teófilo Duarte.

Desta forma tinha sido evitada a revolução democrática, o que agradava aos monárquicos e estes iniciaram de imediato o seu movimento restaurador .

Durante este existiam duas correntes, uma que pretendia que se iniciasse de imediato o movimento restaurador e outra, mais cautelosa, que apontava para que tal fosse realizado, com um maior tempo de preparação .

Paiva Couceiro tinha então 57 anos, quando no hotel Universal se continuava a preparar o golpe contra a República .

Em 17 de Janeiro o jornal de tendências monárquicas “ PÁTRIA “ escrevia:

“Salvemos Portugal porque ou o faremos agora ou nunca mais o poderemos conseguir”

A 18 de Janeiro o mesmo “ PÁTRIA “ publicava nova exaltação monárquica:

“Quando veremos romper o sol da libertação ? Não sabemos nós mas temos a esperança de que não havemos de morrer sem ver tremular as brisas que nos vêm do mar nessa bandeira azul e branca que nasceu em Ourique“ .

Como se pode ver, conspirava-se abertamente em Lisboa e no Porto e na imprensa era claramente feita a apologia monárquica, e preparada a opinião pública, para o movimento restaurador, que se adivinhava já muito perto.

Nesse dia de 18 de Janeiro de 1919, foram entregues todas as ordens aos comandantes revoltosos, e Paiva Couceiro recebia alguns indícios, contudo pouco claros, do apoio do representante do rei.

Os integralistas, do movimento denominado por Integralismo Lusitano, estavam envolvidos neste golpe da restauração .

Aquele movimento defendia uma monarquia pura, tradicionalista e não parlamentar, concentrada na pessoa e poder do rei, que exerceria o seu poder pessoal de chefe de estado.

Este grupo pretendia, que a revolta para a restauração da monarquia não fosse executada de imediato, mas que se preparasse melhor e com outro envolvimento político e militar.

Paiva Couceiro decide então iniciar o golpe às 13 horas do dia 19 de Janeiro de 1919, sabendo que apenas parte da tropa aquartelada em Lisboa estava do seu lado. Apoiavam o golpe Cavalaria 2 e 4, Infantaria 5 e 16 e grupos de baterias de Queluz. A restante tropa, tinha-se até então mantido neutra.

O rei D. Manuel II, exilado em Inglaterra e embora conhecedor do golpe, não tinha dado ordens expressas sobre o mesmo, limitando-se a apoiá-lo.

A 19 de Janeiro de 1919, Domingo, foi proclamada no Porto a Monarquia, tendo como seu chefe Paiva Couceiro e muitos militares monárquicos, tendo esta proclamação sido seguida em muitos pontos do país, mas principalmente no Norte.

Aires de Ornelas, ilustre militar português, representante do rei exilado e parlamentar monárquico, foi chamado pelo governo da república a Lisboa, para esclarecer o que se passava no Porto .

Aires de Ornelas tinha sido, em 1906, Ministro da Marinha e Ultramar no governo de ditadura de João Franco, e era um ilustre colonialista e um convicto monárquico .

Este ilustre militar informa o governo, que recebera um telegrama de Londres onde D. Manuel II lhe solicitara, para que os monárquicos se coloquem sempre do lado republicano, em todos os actos relativos à ordem pública.

Por aqui poder-se-ia entender, que tal revolta não colhia as simpatias do rei exilado ou que, tal resposta não passou de um simples jogo político, para entreter os republicanos, já que Aires de Ornelas participaria activamente na revolta, mormente no comando das forças monárquicas, que se colocaram em Monsanto, então às portas de Lisboa e donde pretendiam impor a monarquia na capital, através da força militar.

A Monarquia é restaurada no Monte Pedral, no Porto, onde as tropas monárquicas em parada ouvem a proclamação monárquica, lida por Satúrio Pires, fiel apoiante e grande amigo do capitão Paiva Couceiro.

O movimento monárquico, como tudo indica, teve um largo apoio popular no Porto, tendo-se gerado uma grande manifestação popular espontânea, e vendo-se em muitas casas por toda a cidade, as bandeiras realistas azúis e brancas.

Contudo no resto do país a situação era muito confusa, e a adesão das tropas era por vezes pequena, existindo alguns núcleos monárquicos, que procuraram proclamar a monarquia, mas a resistência era bastante grande. Na realidade para baixo de Aveiro a monarquia, não tinha sido proclamada, situando-se a norte desta cidade.

Às 17 horas, na sala de reuniões da Junta Geral do Distrito, tomou posse a Junta Governativa do Reino, com a presença do representante da Diocese do Porto, reverendo D. Teófilo Salomão, que receberia o juramento dos membros da Junta.

Foi então criado o Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal. Neste jornal seriam publicados todos os decretos da Junta, reguladores da vida política, social e económica dos portugueses, fixando preços, feriados, o regime político, nomeações de oficiais e funcionários do estado, abolição do escudo, abolição do registo civil, requisição de veículos com «*motor de explosão*» e a regularização das relações com a Igreja. Num deles era publicado o decreto de abolição da República e recuperada a Carta Constitucional Portuguesa de 29 de Abril de 1826, e noutro era restabelecida como oficial a Religião Católica e Apostólica Romana. A monarquia e os seus hábitos, iam-se de imediato instalando, e por exemplo em todos os espectáculos com orquestra, era obrigatório tocar o hino da Carta, hino monárquico.

O entusiasmo a Norte do país era grande, e até quadras populares foram escritas contra os principais dirigentes da República, tais como Afonso Costa.

Todo o Norte e algumas povoações do centro, aderiram à Monarquia. O Minho e grande parte da Beira, eram completamente realistas. Em Viana do Castelo a adesão foi total. Já Trás-os-Montes encontrava-se dividida, com Vila Real e Chaves a não apoiarem o golpe monárquico.

Basicamente as linhas monárquicos, acabaram por se estabilizar junto a Ovar.

O Sul mantinha-se, quase na sua totalidade republicano.

Estavam assim criadas as condições, que levariam a uma pequena guerra civil de curtíssima duração e à existência de dois governos em Portugal, um de origem republicana e outro monárquica.

No Porto criavam-se brigadas civis, para defender a monarquia e prender os republicanos.

Por sua vez as tropas monárquicas, controlavam completamente a capital da revolta. A Monarquia a Norte progredia a bom ritmo.

Entretanto do lado republicano, era realizada de imediato uma reunião com o Presidente do Conselho, Tamagnini Barbosa, onde participaram os partidos republicanos, que se uniram para fazer face à crise constitucional.

Sidónio Pais tinha perseguido muitos dos partidos republicanos, mas morto em Dezembro de 1918 e embora o regime ainda fosse o das juntas militares, tal não obstou a que os republicanos se reunissem em torno da sua República.

Nessa reunião participaram grandes republicanos como José Relvas, Alberto da Silveira, Carlos da Maia, Barros Queiroz, Egas Moniz, Brito Camacho, António José de Almeida e Afonso Costa.

A primeira decisão, que este grupo tomou foi a de libertar os presos políticos republicanos, que ainda estavam presos do tempo do sidonismo, dando assim satisfação a uma velha aspiração do Partido Democrático.

De imediato, os militares republicanos foram igualmente convocados para uma reunião em Campolide, onde iriam iniciar a contra-revolução.

Nessa reunião seria aprovado um importante manifesto, que se designava pelo “ Pacto do Corpo de Tropas”.

As tropas republicanas mostram claramente neste pacto, que estavam cientes do poderio das forças monárquicas e que não seriam elas a tomar a iniciativa.

O governo da República dá igualmente ordem para armar o povo, e convoca-se uma manifestação para o Campo Pequeno, em Lisboa, para apoiar a República, tendo-se esta realizado em 22 de Janeiro de 1919 .

A população reuniu-se em grande número nesse local, e aí iniciou-se a formação de companhias de populares e voluntários de apoio à República . O convite é publicado nos jornais e distribuído à população.

Os académicos viriam igualmente a reunir-se nesse dia 22 de Janeiro de 1919, no quartel das Janelas Verdes e formariam um Batalhão Académico,

com origem em Lisboa, e que partiria para o Norte para combater a Monarquia, entretanto aí implantada.

Contudo e antes disso, o Batalhão Académico de Lisboa, composto apenas e ainda por estudantes da Academia de Lisboa, participou na refrega do Monsanto, onde a população de Lisboa e grande parte da Marinha, atacaram as forças monárquicas comandadas por Aires de Ornelas, e que aí se tinham instalado e iniciado o bombardeamento da capital, numa tentativa de conquistarem Lisboa e de restaurarem de novo a monarquia.

Conforme disse, o Batalhão Académico participou activamente no confronto, que se deu entre tropas republicanas e monárquicas no Monsanto, em Lisboa e que estes últimos viriam a perder, sendo infringida uma derrota importante a Paiva Couceiro, já que este perdendo o domínio da capital, fundamental para a restauração da monarquia, perderia a revolta encetada pelos monárquicos.

Mais tarde este Batalhão Académico de Lisboa juntar-se-ia ao Batalhão Académico de Coimbra, que tinha tido a sua génese em 1914. Este Batalhão Académico Republicano era composto por 90 combatentes, comandados por oficiais, que eram por sua vez igualmente estudantes.

Os estudantes republicanos de Coimbra, foram armados no Regimento de Infantaria 35 daquela cidade, tendo partido para o Norte do país no dia 1 de Fevereiro de 1919, depois de terem recebido instrução militar e em especial de tiro.

Este corpo estudantil de republicanos, viria tomar parte em muitas operações entre Aveiro e o Porto e encontravam-se no primeiro grupo de tropa a entrar naquela cidade, acabando com o golpe monárquico e impondo assim a continuação do regime republicano.

Batalhão Académico de Lisboa e Coimbra, Batalhão Académico Republicano ou Batalhão Académico de Norte, foram alguns dos nomes porque ficou conhecido o Batalhão Académico que participou nas manobras militares, que se desencadearam principalmente a Norte do país, e que se saldariam pela derrota das forças monárquicas.

Apenas como nota adicional, tinha sido igualmente formado pelos estudantes da Universidade do Porto, em 21 de Janeiro de 1919, um Batalhão Académico, mas de ideologia monárquica e que ficou conhecido por *Real Batalhão Académico do Porto*.

Mas voltemos a Monsanto.

As tropas realistas estavam estacionadas neste local, ponto estratégico para bombardear e dominar a cidade de Lisboa, enquanto as republicanas se agrupavam para atacar essas posições.

Estamos em 24 de Janeiro de 1919. Aires de Ornelas telegrafava de Monsanto informando: «*Situação óptima. Bandeira azul e branca acaba de*

ser içada em todos os quartéis. Temos 30 bocas de fogo e três batalhões de infantaria, toda cavalaria, muita polícia e inúmeros civis. As adesões continuam. Viva a Monarquia! . Aires de Ornelas.»

As hostilidades em Lisboa prolongaram-se por 5 dias, durante os quais se defrontaram ferozmente os monárquicos e republicanos, que empreenderam entre eles uma intensa batalha de artilharia, que fez muitos mortos e feridos de ambos os lados, tendo morrido ao todo 39 pessoas e ficado feridas 330.

As forças monárquicas ficaram rapidamente cercadas, começando então a escassear os mantimentos e munições e em especial a impossibilidade de evacuação e tratamento dos feridos.

Sem munições os monárquicos foram atacados por todos os lados, e tiveram que se refugiar no forte de Monsanto, onde iriam ser presos e onde sofreriam uma grande humilhação e cruéis torturas às mãos dos republicanos.

Quando se dá a revolta monárquica era Presidente da República o Almirante Canto e Castro, um monárquico convicto.

Apesar desta derrota dos monárquicos, o país encontrava-se claramente dividido e continuava a ser governado por dois governos, um republicano em Lisboa e outro monárquico no Porto.

Contudo era a norte, que a monarquia tinha vingado, já que por exemplo Coimbra e Aveiro tinham-se mantido republicanas.

Após a vitória de Lisboa, as forças republicanas dirigem-se ao Norte do país, começando por submeter toda a Beira, incluindo a sua capital Viseu e muitas outras povoações.

Seguiram depois para a Régua e Albergaria, que após violentas refregas dominaram.

Muitas unidades militares do Norte ao saberem da vitória dos republicanos em Monsanto, passaram-se então para o lado republicano, o que demonstra bem a pouca consistência da revolta monárquica, e o que vem dar razão aos integralistas, que eram de opinião, que o golpe deveria ter sido levado a efeito mais tarde.

Entretanto na cidade do Porto, a população republicana começava a manifestar espontaneamente, o seu apoio à República, reunindo-se no Monte da Virgem.

No meio deste grande movimento de tropas, continuava-se a assistir à disputa entre sidonistas e democráticos, procurando estes últimos aproveitar esta guerra civil, para acabar com o governo ditatorial, de inspiração sidonista.

As forças republicanas dominavam toda a logística do país, por terra, mar e ar, apresentando uma grande superioridade em relação às forças monárquicas .

Detinham os abastecimentos de comida e munições, a pequena força aérea de hidroaviões e essencialmente dominavam todos os portos do país.

As forças monárquicas em inferioridade clara, decidiram constituir companhias de reservistas, essencialmente integradas por gente pobre dos campos, sem preparação e mal equipada.

A Monarquia cedia e perdia .

Os hidroaviões eram comandados por dois ilustres aviadores portugueses, Sacadura Cabral e Santos Moreira e estavam ao serviço da causa republicana.

Tinham essencialmente a missão, de lançarem panfletos contra-revolucionários no Porto, embora tivessem feito igualmente alguns bombardeamentos.

Por sua vez Paiva Couceiro tentava comprar em Espanha, em 8 de Fevereiro de 1919, um Caudron G3, o único aeroplano pronto para entrega imediata. Contudo não teve tempo para o fazer, já que cinco dias depois estaria tudo terminado.

Nesta guerra civil, o lado republicano usou igualmente alguns batalhões do C.E.P. – Corpo Expedicionário Português, que tinham combatido em França na Grande Guerra .

Por sua vez os republicanos iam-se infiltrando nas unidades monárquicas, mormente na Guarda Real, sedeadas na cidade do Porto .

Entretanto no Porto, era publicada pelos monárquicos uma lei datada de 13 de Fevereiro de 1919, que muito desagradou à população. As notas do Banco de Portugal passavam a ter uma enorme desvalorização. A população devia entregar no Banco de Portugal as notas de 20, 50 e 100 mil réis e receberiam 10% desse valor em notas já sobretaxadas ou em notas mais pequenas, que perfizessem esses 10%.

E se a monarquia fosse derrotada? Certamente que a população arriscava-se, a perder grande parte das suas economias ! Daí, esta avisada pela imprensa desde o dia 10 de Fevereiro, procedeu ao levantamento de grandes quantias de dinheiro.

Este decreto foi talvez, a chave para a resolução da guerra civil instalada no país, já que produziu um profundo descontentamento em toda a população, que se sentia dessa forma espoliada de noventa por cento do dinheiro, que tinha em seu poder .

E pergunta-se ainda se uma medida destas avulsa, teria contrapartida nos preços, que seriam praticados no comércio ?

A população rapidamente se apercebeu, que se dispusesse a ceder àquele decreto, perderia todo o seu dinheiro caso a república vencesse a guerra civil, o que efectivamente veio a acontecer, nesse mesmo dia 13 de Fevereiro .

Na manhã de 13 de Fevereiro, ainda foi realizada uma cerimónia na sede do Batalhão Real do Porto, onde foi descerrado um retrato do rei D. Manuel II e a Junta Governativa do Reino, ainda publicou o seu 15º Diário da Junta, último acto oficial da monarquia.

Paiva Couceiro encontrava-se fora do Porto, a inspeccionar as tropas no Picoto e em Espinho. Aqui anunciaram-lhe a revolta republicana no Porto. Resolve marchar, com as tropas monárquicas para o Porto. Durante o trajecto, muitos populares avisaram os soldados da coluna monárquica, da revolta republicana, e estes rapidamente passam na quase sua maioria a apoiar o golpe.

Na realidade nesse mesmo dia, a Guarda Real, antes Republicana, revoltou-se e restabeleceu no Porto a República, acabando de vez com a guerra civil e a aventura monárquica.

As bandeiras republicanas, foram substituindo as monárquicas.

Júlio Dantas após a vitória republicana, proclamava ser :

“ a ordem inseparável da república. Se a data de 5 de Outubro é a data da república proclamada, a data de 13 de Fevereiro é a da república imortal”

Os ministros da Junta Governativa do Norte foram todos presos, julgados e condenados, o que igualmente aconteceu a muitos militares monárquicos, que participaram no golpe restaurador.

Alguns foram condenados a penas de prisão seguidas de degredo, ou então poderiam optar por uma pena única de degredo.

Durante este período foram cometidas enormes violências, por ambas as partes, contra os adversários e os presos políticos, pelo que esta fase da nossa história, ficou conhecida pelo “ Reino da Traulitânia “.

Ficou contudo célebre o Eden-Teatro, onde os monárquicos prenderam no início os republicanos e os sujeitaram a bárbaras torturas, ao ponto do Corpo Consular e a Guarda Real, terem imposto que tal cessasse.

Aproveitando o fim da Monarquia do Norte, os políticos democráticos conseguiram acabar com a ditadura sidonista, e implantaram de novo um regime democrático parlamentar.

Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, o grande colonialista, patriota, chefe monárquico e capitão português, exila-se em Espanha, vindo a morrer em Lisboa no ano de 1944.

OS VALORES POSTAIS, MONETÁRIOS E FISCAIS NA MONARQUIA DO NORTE como factor de Soberania do Reino

Paiva Couceiro e os monárquicos sabiam desde a primeira hora, que os valores postais, fiscais e monetários, eram um factor determinante da soberania de um estado. Daí terem decidido imediatamente colocar em marcha, o projecto do fabrico destes valores.

Em 12 de Fevereiro de 1919, são emitidos valores postais que seriam utilizados pelos monárquicos a partir do dia 13. Porém o contra golpe republicano não permitiu, que esses mesmos valores fossem utilizados, pelo que estes jamais circularam.

Imediatamente o Governo Monárquico começou a legislar, e a publicar várias medidas administrativas no Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal, e como acto de soberania monárquica, procedeu à impressão de valores postais e fez seguir correspondência oficial.

Foram introduzidos de novo os réis e abolido o escudo republicano.

Pelo Decreto nº 16 foi decido manter os portes, que se encontravam em vigor.

Dizia o Decreto o seguinte no seu artigo 1º:

Art. 1º - Enquanto não se providenciarem por outra forma, continuam em vigor as fórmulas de franquia e de selos de qualquer natureza e taxas actualmente existentes

Pretendiam os monárquicos, emitir selos em réis e nos valores de 2 ½ rs, 5 rs, 10 rs, 15 rs, 20 rs, 35 rs, 50 rs, 75 rs, 100 rs e 500 rs.

Foram então impressos, alguns destes selos postais, com o escudo monárquico, em folhas de 100 selos, sendo estas compostas por 10x10 selos.

Quando as forças republicanas entraram no Porto, no dia 13 de Fevereiro de 1919, e derrotaram as forças monárquicas, preparava-se a Junta Governativa para iniciar a utilização dos selos monárquicos, os quais tinham sido impressos nas taxas de 2 ½ rs, 5rs, 10 rs, 20 rs e 35 rs.

Todos os selos, que seguiram para estações postais eram, em princípio, denteados. Aparecem hoje alguns selos dessa emissão *não emitida*, sem

serem denteados, sendo apenas provas do fabrico desses selos monárquicos.

Nesse dia 13 de Fevereiro de 1919, a Junta Governativa do Reino de Portugal, ainda publicou o Decreto nº 67 que iniciava a utilização dos novos selos monárquicos.

Este decreto é publicado precisamente no dia 13 de Fevereiro, dia em que a Guarda Nacional Republicana e outras forças republicanas, derrotam a revolta monárquica *couceirista*, pelo que não houve tempo, para que os novos selos monárquicos entrassem em circulação. Não se conhece uma única correspondência, circulada com estes selos e todas as que apareceram são falsas.

Sabe-se que foram nesse dia, ainda distribuídos alguns selos de 35 réis, pelas estações do Porto, mas não chegaram a ser utilizados na correspondência.

Juntamente com os selos postais, foi emitido um bonito bilhete-postal de correio no valor de 20 réis, que também nunca chegou a circular.

As autoridades monárquicas pretendiam emitir, ainda selos fiscais. Chegaram a ser impressos provas destes, mas sem taxa.

A Junta Governativa do Reino teve ainda tempo para instituir sobrescritos e papel timbrado, com as cores reais, o azul e o respectivo escudo.

Mas o mais notável, é que passou a usar novamente o serviço SNR – Serviço Nacional e Real. Este serviço, isento de franquia, foi usado pelo regime monárquico até 5 de Outubro de 1910, sendo agora novamente instituído, pelo governo da Junta Governativa do Reino.

Esta Junta enviava o seu Diário da Junta Governativa do Reino de Portugal, para os Juizes de Direito das Comarcas do país. Se inicialmente usou cintas de jornal neutras, teve ainda tempo de mandar imprimir cintas oficiais do SNR – Serviço Nacional e Real e a expedir esta correspondência oficial com estas cintas, sendo esta isenta de franquia, como atrás disse.

Pelo decreto 63 mandou emitir cédulas representativas da moeda cobre de 100 réis/1 tostão e 50 réis/1/2 tostão, até ao máximo de 500 contos para cada taxa.

Simplesmente notável a importância, que os valores postais, fiscais e monetários sempre tiveram para a soberania de um país, e a prová-lo está o

facto da Junta Governativa do Reino de Portugal, ter tido em escassas três semanas, a preocupação de emitir estes valores como forma de vincular a soberania de Portugal ao regime monárquico, então de novo restaurado.

Na realidade, as únicas peças da Junta Governativa do Reino de Portugal e deste pequeno período de 3 semanas, que eu conheço devidamente circulados, são os dois jornais ambos enviados para o Juiz de Fora da Sertã, pela Junta Governativa do Reino de Portugal.

São duas peças notáveis e de extrema raridade, já que a correspondência monárquica deste período é raríssima, direi mesmo praticamente inexistente.

O correio expedido pelas tropas republicanas, em campanha contra os monárquicos, estava isento de franquia.

Contudo também o correio expedido pelos Batalhões Académicos, constituído basicamente por estudantes, estava isento de franquia, tal como o das tropas, facto que se comprova no postal que se apresenta neste trabalho.

Este postal ilustrado foi expedido, em 13 de Fevereiro de 1919, precisamente no dia em que a Monarquia do Norte foi derrotada.

O postal não tem indicação do local donde foi enviado, contudo a sua ilustração é de Oliveira de Azeméis, pelo que sou levado a concluir, que esse Batalhão Académico se poderia encontrar nesse local, ou teria estado estacionado no mesmo, sendo o postal por sua vez enviado do Porto, já que o Batalhão Académico foi um dos primeiros a entrar naquela cidade a 19 de Fevereiro de 1919, dia em que os monárquicos foram derrotados.

O seu texto é na realidade já de vitória das forças republicanas, e expressa o ponto da situação . Diz o mesmo o seguinte :

“ Encontramo-nos agora aqui com poucas esperanças de apanhar os monárquicos que parecem não procurar ter nenhum recontro connosco . Não telegrafo porque os trauliteiros levaram os aparelhos do telégrafo “

No corpo do postal pode-se ainda encontrar a menção de *Batalhão Académico* e *S.M.*, que queria dizer *Serviço Militar* e ainda um carimbo com os seguintes dizeres :

*Destacamento N° 1
Serviço de Campanha
Serviço Postal
Isento de Franquia*

Por último estes selos, que apresento neste diapositivo, poderão ser eventualmente, os únicos, que efectivamente circularam, datados de 13 de Fevereiro de 1919, dia em que entraram em circulação.

A Monarquia do Norte foi a mais séria tentativa de restauração da monarquia em Portugal.

Solari Alegre, foi um dos elementos mais tenebrosos e activos, antes e durante a restauração da monarquia, e um dos grandes fomentadores da violência no Reino da Traulitânea. A República não se esquecerá dele, como podemos verificar.

O consulado de Oliveira Salazar, foi abertamente a favor da monarquia. Contudo o velho ditador, nunca teve a coragem política suficiente de abrir a mão do poder, e entregá-lo de novo aos monárquicos, não sei se por medo de voltarem a existir partidos políticos e a confusão, que os mesmos poderiam voltar a gerar e que ele abominava, ou se por simples apego ao poder.

Após esta guerra civil de 3 semanas, nunca mais a monarquia iniciou outro golpe para a sua restauração.

Lisboa, 19 de Outubro de 2016

Academia Portuguesa da História
Pedro Marçal Vaz Pereira